



TERMO DE REFERÊNCIA
Inciso XXIII do Art. 6º da Lei 14.133/21

A SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrito no CNPJ-MF nº15012.510/0001-56, com sede na avenida Constantino Viana s/n, centro, representado neste ato pela Sra. MINERVINA MARIA DE BARROS SILVA, inscrito no CPF: 023.502.528-33, Secretária Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social, resolve formalizar a seguinte solicitação para fins licitatórios, com o objeto mais abaixo discriminado, amparado legalmente pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de licitações e contratos administrativos e suas alterações posteriores.

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021)

1.1, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO MOBILIARIOS DIVERSOS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E OUTROS, PARA ATENDER A SEMTEPS, CRAS, CREAS, SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL, ALTA COMPLEXIDADE, CRIANÇA FELIZ IGD, AEPETI E CMDCA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 1.1 Os procedimentos a serem realizados deverão estar em conformidade com as especificações, quantidades e condições descritas neste Termo de Referência.
- 1.2 A licitante por ocasião da participação nesta licitação, obriga-se a fornecer produtos de acordo com a descrição deste termo, devendo sempre ser de "primeira qualidade" de acordo com o órgão regulador
- 1.3 Obedecer a descrição do objeto e quantitativo, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Und	Qtd	VALOR UNIT.	Valor Total
1	ARMÁRIO AÉREO COM 3 PORTAS 1 PRATELEIRA. MEDIDAS MÍNIMAS: 120 X 55 X 27 CM (L X A X P). FABRICADO EM CHAPAS DE AÇO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COR BRANCA.	und	10	R\$ 806,89	R\$ 8.068,90



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



2	ARMARIO AÇO ESCRITORIO COM FECHARURA 4 PRATELEIRA - Armário de Aço 2 Portas Multiuso Organizador Escritorio 4 Prateleiras, Quantidade de prateleiras: 04, Quantidade de portas: 02, Chapa das prateleiras: 26 (0,45mm), Chapa das travas: 20 (0,90mm), Dimensões (ALP/cm): 198 x 90 x 40, Pintura: Eletrostática / Epóxi, Peso suportado: 30Kg por prateleira.	Und	25	R\$ 1.654,00	R\$ 41.350,00
3	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS Dimensões Altura: 1,33m, Largura: 0,46m, Profundidade: 0,49m, Chapa: 26, Capacidade por gaveta: 10 kg, cor cinza.	und	20	R\$ 1.299,25	R\$ 25.985,00
4	CADEIRA SECRETARIA FIXA com um acabamento com tecido Polipropileno Azul com Preto, Estrutura: Tubo 7/8 com terminais inferiores pretos. Assento e Encosto: Em chapa de madeira reconstituída aglomerada de 18mm, com borda em PVC flexível preto de alta resistência. O revestimento do estofamento é em espuma de densidade 16 e tecido em polipropileno azul. Acabamento estrutura: Eletrostática epóxi-pó preto. Peso recomendado: até 120 kg.	und	72	R\$ 226,50	R\$ 16.308,00
5	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA SEM BRAÇO: tipo Secretária com base giratória, reclinável, assento com regulagem de altura, confeccionada em Tubos de Aço, Acabamento de Polipropileno, protegendo o produto contra ferrugem. Braços fixos, material do assento com espuma INJETADA de alta densidade, revestimento de Polipropileno espessura de no mínimo 40 mm. Dimensões mínimas do produto: Largura (aberto) 57 cm. Altura (aberto) 96 cm. Profundidade (aberto) 57 cm. Cor preta. Peso suportado de até 150 Kg. Quantidade de pés tipo rodízio: 5	Und	72	R\$ 697,51	R\$ 50.220,72



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



6	CADEIRA PLÁSTICA BRANCO FIXA SEM BRAÇO produto aditivado com anti-UV, ou seja, resistente aos raios solares e de fácil limpeza, possuem certificação do inmetro, conforme portaria 213/07 e norma da ABNT, o produto é compacto, leve, fácil de limpar e transportar, produto monobloco, resistente e empilhável, comprimento: 56cm, largura: 56cm, altura: 87cm, peso: 2,44 Kg.	Und	200	R\$ 131,52	R\$ 26.304,00
7	CADEIRA PLÁSTICA POLTRONA BRANCA - C/BRAÇO na cor branco, produzidas em polipropileno, produto aditivado com anti-UV, ou seja, resistente aos raios solares e de fácil limpeza, possuem certificação do Inmetro, conforme Portaria 213/07 e norma da ABNT, resistente e empilhável, comprimento: 54cm, largura: 42cm, altura: 84cm, peso: 2,7kg, peso suportado até 140Kg.	Und	200	R\$ 140,00	R\$ 28.000,00
8	ESCRIVANINHA/MESA PARA COMPUTADOR 1 PORTA - 2 GAVETAS estrutura: MDP 15mm e fibra 3mm (fundo da gaveta), revestimento: finish foil, portas tipo convencional, possui uma prateleira em MDF, possui 3 puxadores em plástico, contem 6 sapatas.	Und	30	R\$ 838,88	R\$ 25.166,40
9	ESTANTE EM AÇO possui 6 prateleiras reguláveis com 40 cm de profundidade, 92 cm de largura e altura 1,76m, coluna confeccionada em chapa de aço 20, com 0,9mm de espessura, as bandejas possuem reforço soldado na parte de baixo e são confeccionadas em chapa 26, com 0,5mm de espessura, possui a capacidade de carga de até 25kg por bandeja, possui sapatas plásticas de proteção, o que evita o risco de danificar o piso, pintada com tinta a pó e com tratamento à base de fosfato, modelo: Dupla Flex 176x92x40 #20/26.	Und	25	R\$ 1.000,00	R\$ 25.000,00
10	GUARDA ROUPA DE SOLTEIRO COM 4 PORTAS E 2 GAVETAS Material da estrutura MDP,Material das portas, MDP,Material das gavetas MDP,.	Und	6	R\$ 1.423,17	R\$ 8.539,02



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



11	LONGARINA 03 LUGARES barra tubular metálica 3 lugares 30x50 mm preta com flange, pés metálicos pretos com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo e travessas metálicas, assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica na cor preto, altura. 80cm, largura 1,48mts, comprimento 50cm.	Und	30	R\$ 1.290,00	R\$ 38.700,00
12	MESA PARA ESCRITÓRIO EM L composta de mesa de 1,20x0,60, conexão, mesa de 0,90x0,60, em MDF 15mm com 03 gavetas, de 1ª Qualidade, GAVETEIRO FIXO COM CHAVE	Und	10	R\$ 1.150,80	R\$ 11.508,00
13	MESA PARA ESCRITÓRIO RETA COM 2 GAVETAS 120X60 PÉS EM AÇO ESPECIFICAÇÃO : ALTURA: 75CM LARGURA: 120CM PROFUNDIDADE: 60CM PÉS: METALON 50X30 TAMPO: MDP ACABAMENTO: FITA DE BORDA GAVETEIRO: 2 GAVETAS EM MDP, COM DUAS CHAVES.	Und	25	R\$ 884,00	R\$ 22.100,00
14	MESA PLÁSTICA QUADRADA 68 X 63 CM BRANCA na cor branca, pesando 3,700 kg, peso: 3.80 Kg, dimensões (C x L x A): 68.00 x 73.00 x 63.00 cmts.	Und	20	R\$ 225,11	R\$ 4.502,20
15	MESA DE REUNIÃO COM 8 CADEIRAS: COM DESENHO OVAL COM TAMPO EM MADEIRA PRENSADA COM MDF, REVESTIDO EM LAMINADO MELEMINICO RESISTENTE, APROXIMADAMENTE 30MM ACABAMENTO FILETADO EM TODO O CONTO RNO COM 02 FUROS PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO, PÉ COM CALHA DE SAQUE FRONTAL PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO NA COR PRETO, COR CREME (TAMPO) PRETO (BASE).	und	6	R\$ 1.620,00	R\$ 9.720,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



16	MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO PARA 06 LUGARES- 1 Mesa de 6 lugares, 2 Bancos de 3 lugares, AMPO DA MESA E ASSENTOS DOS BANCOS: Confeccionado em MDP de 18mm e friso PVC nas bordas: FERRAGEM MESA/BANCO Quadro de sustentação do tampo confeccionado em tubo , Pés confeccionado com sapatas reguláveis. Pintura em pó epóxi; Soldagem pelo processo mig.	und	10	R\$ 2.980,00	R\$ 29.800,00
17	SOFÁ 3 e 2 Lugares Besthouse Lyon com Revestimento Suede, 3 e 2 Lugares confortáveis, material interno composto por espuma, madeira e percinta, estrutura em madeira de reflorestamento, Revestimento em Suede Veludo Veludo, profundidade 80cm, Largura (cm) 3 Lugares: 210 / 2 Lugares: 155cm, Altura 94 (cm) ,Almofadas do assento Fixas, Almofadas do encosto Fixas, Densidade do assento D-28, Densidade do encosto D-28, Material interno Espuma,Material interno Espuma.	und	5	R\$ 2.749,95	R\$ 13.749,75
18	AR CONDICIONADO Frio, Split mínimo de 9.000 BTUs tipo central, e voltagem 220 v, Ciclo Quente e frio (reverso), Eficiência energética classe A, Refrigerera e Climatiza Automático.Eficiência energética classe A	Und	5	R\$ 3.396,43	R\$ 16.982,15
19	AR CONDICIONADO Frio, Split mínimo de 12.000 BTUs tipo central, e voltagem 220 v, Ciclo Quente e frio (reverso), Eficiência energética classe A, Refrigerera e Climatiza Automático.	Und	10	R\$ 3.710,62	R\$ 37.106,20
20	AR CONDICIONADO Frio, Split mínimo de 18.000 BTUs tipo central, e voltagem 220 v, Ciclo Quente e frio (reverso), Eficiência energética classe A, Refrigerera e Climatiza Automático.	Und	10	R\$ 5.790,76	R\$ 57.907,60
21	AR CONDICIONADO Frio, Split mínimo de 24.000 BTUs tipo central, e voltagem 220 v, Ciclo Quente e frio (reverso), Eficiência energética classe A, Refrigerera e Climatiza Automático.	Und	10	R\$ 6.874,52	R\$ 68.745,20



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



22	BATEDEIRA com 8 velocidades na cor branca, com potência de 300W, voltagem 220Vts, acompanhado de 3 tipos de batedores para preparo de todos os tipos de massa.	Und	10	R\$ 529,57	R\$ 5.295,70
23	CORTINA DE AR , MATERIAL METAL E PLÁSTICO, COMPRIMENTO 120, POTÊNCIA 240, TENSÃO 220, APLICAÇÃO FLUXO LAMINAR, com garantia de 01 ano	UND	10	R\$ 1.312,23	R\$ 13.122,30
24	CORTINA DE AR: Cortina de ar com 2,00m de largura; com controle remoto; voltagem 220; Nível de ruído 50/55 db; controlador de fluxo de ar; garantia de 01 ano.	UND	10	R\$ 1.980,00	R\$ 19.800,00
25	BEBEDOURO COM COLUNA , comporta galões de 20 litros, seleção da temperatura da água entre gelada, fria e natural, refrigeração por compressor, furador de galão embutido no suporte, luz indicadora de LED e botões de acionamento, potência 90W, voltagem: 110V / 220V, Altura: 43,40cm, largura: 31,00cm, profundidade: 37,00cm.	Und	20	R\$ 1.317,96	R\$ 26.359,20
26	FOGÃO INDUSTRIAL 5 BOCAS EM AÇO INOX - COM FORNO - Fogão com 5 bocas com forno (AÇO INÓX) : FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS COM FORNO, 05 BOCAS, ESTRUTURA EM AÇO INOX TIPO 430, BAIXA PRESSÃO, 05 QUEIMADORES DUPLOS 170mm EM FERRO FUNDIDO, GRELHAS EM FERRO FUNDIDO MEDINDO 40 CM X 40 CM, PERFIL 90mm, forno com medida interna aproximada de 60cm largura x 78 cm profundidade 31cm altura, com isolamento térmico. Medidas aproximadas do fogão: 1.530mm largura x 1.140mm profundidade x 800mm altura. Com Garantia Mínima de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto; Sistema Assistência Técnica On-site; Fabricado de Acordo Com As Normas Vigentes Obrigatória Abnt Nbr-10148/11. ENTREGUE PONTO A PONTO, MONTADO E INSTALADO.	und	4	R\$ 3.225,33	R\$ 12.901,32



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



27	BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL 100 LITROS COM 03 TORNEIRAS , Reservatório em polipropileno atóxico; Boia Controladora do nível de água; Tomada de 3 pinos conforme a norma da ABNT/nbr/603351, Corpo e estrutura em aço inox 430. Tampa e pés reguláveis de plástico (ABS injetado); Tensão/potência: 110v ou 220v (não é bivolt), Certificado pelo INMETRO; Termostato com 7 níveis para controle de temperatura.	UND	6	R\$ 4.390,00	R\$ 26.340,00
28	FOGÃO 4 BOCAS - BRANCO classificação energética: Mesa: A / Forno: C, 2 queimadores de alto desempenho: potência e agilidade no preparo dos pratos, forno limpa fácil: facilidade na hora de limpar, puxador de aço: super-reforçado, botões removíveis, acendimento automático total, capacidade do forno (litros):56, Tensão/Voltagem: bivolt.	Und	8	R\$ 1.063,66	R\$ 8.509,28
29	FORGÃO INDUSTRIAL 04 BOCAS com forno 87 litros, porta do forno com serigrafia na cor preta ou cinza, prateleiras removíveis e reguláveis no forno, pés fixos; mesa, bandeja e corpo do produto em pintura epóxi, registros de gás com manípulos expostos de fácil manuseio, os queimadores em ferro fundido.		10	R\$ 2.279,33	R\$ 22.793,30
30	FORNO DE MICRO-ONDAS 30L display digital, ajuste no relógio, teclas pré-programadas com receitas do dia a dia, pipoca, brigadeiro, caneca, descongelar bovina, frango e prato pronto, potência, adiar preparo, teclas rápidas (+5min, +1min, +30seg), tecla parar/ cancelar, travar painel: para que o micro-ondas não seja ligado sem que haja algum alimento dentro, teclas de seleção para ajustar tempo ou peso de cozimento, descongelamento de carnes (bovina e frango) e pratos prontos. Receitas pré-programadas, potência (W): 820, com 3 níveis de potência: 3 na cor branco consumo de energia: A, tensão/Voltagem: 220V.	Und	6	R\$ 895,00	R\$ 5.370,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



31	FORNO ELETRICO 120 LITROS- Tipo de alimentação 220V, Capacidade em volume 120 L, Tipo de montagem De chão Tipo de cozimento Industrial Quantidade de prateleiras 1 Temperatura mínima - Temperatura máxima 50 °C - 300 °C, Altura 95 cm, Largura 92 cm, Profundidade 81 cm	und	6	R\$ 2.760,00	R\$ 16.560,00
32	FRIGOBAR com gaveta multiuso, cor branco, capacidade total de armazenamento 80l, largura 48,2cm, profundidade 59,9cm, altura 63,2cm, peso 24kg, voltagem 220v/110v, tipo de degelo compacto, garantia 12 meses.	und	6	R\$ 2.090,00	R\$ 12.540,00
33	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS 532 LITROS- Freezer - Freezer Tipo: Horizontal , Capacidade: 532 L, Quantidade Tampas: 2 Un, Cor: Branca , Temperatura Operação: (- 16 À -20°) E (+1 À +7°) °C, Tensão Alimentação: 110/22	Und	6	R\$ 5.005,00	R\$ 30.030,00
34	GELADEIRA/REFRIGERADOR DUPLEX 431L Material/Composição Aço, Congelamento Rápido, Dreno de Degelo, Capacidade do Refrigerador (em litros) 303, Números de Portas 2, Capacidade do freezer (em litros) 128, cor branco, Voltagem 220 v.	Und	8	R\$ 4.398,00	R\$ 35.184,00
35	MÁQUINA DE LAVAR: ESPECIFICAÇÃO : COR BRANCA, CAPACIDADE 15,0 KG, 12 PROGRAMAS DE LAVAGEM, TAMPA COM VISOR TRANSPARENTE, TRAVA DE SEGURANÇA, CESTO PLÁSTICO, PÉS NIVELADORES, DOSADOR DE SABÃO, FILTRO PEGA-FIAPOS, ECO- LAVAGEM, FUNÇÃO CENTRIFUGAÇÃO EM 720 RPM E REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA, 05 NÍVEIS DE ÁGUA, DISPENSER AUTOMÁTICO PARA SABÃO EM PÓ E AMACIANTE, TENSÃO 127V, CONSUMO KWH/H 0,46, DIMENSÕES APROXIMADAS A X L X P: 102CM X 66CM X73CM.	Und	6	R\$ 2.898,00	R\$ 17.388,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



36	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL , Material da jarra: Aço inoxidável, Capacidade de 10 L, Possuir base antiderrapante, Lâmina resistente de aço inoxidável, Voltagem: BIVOLT.	UND	6	R\$ 1.360,00	R\$ 8.160,00
37	LIQUIDIFICADOR COM FILTROS-SUPERPOTÊNCIA: 1.200W , CAPACIDADE* TOTAL: 3 LITROS, LÂMINAS SERRILHADAS, JARRA RESISTENTE, COM FILTRO, SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO, 12 VELOCIDADES + PULSAR/GELO, FUNÇÃO AUTOLIMPEZA. Voltagem 110/220Volts	Und	6	R\$ 329,00	R\$ 1.974,00
38	PURIFICADOR DE AGUA , Bandeja removível: para esvaziar ou higienizar. Gabinete com proteção UV. Torneira prática. Fixação na parede. Pés antiderrapantes. Boia de controle de nível de água. Usos específicos do produto Bancada	UND	20	R\$ 1.350,00	R\$ 27.000,00
39	VENTILADOR DE PAREDE . - ESPECIFICAÇÃO : DIÂMETRO 1,0 M, GRADE FRONTAL E TRASEIRA EM AÇO CROMADO, TENSÃO BIVOLT 110/220V, ATINGE ATÉ 25M DE DISTÂNCIA, POTÊNCIA 1/2CV, VAZÃO 1800M³/H, ROTAÇÃO DE 1120 RPM, ABRANGÊNCIA DE 100M², DIMENSÕES (CXLXA): 100CMX22CMX122CM.	UND	20	R\$ 991,00	R\$ 19.820,00
40	VENTILADOR DE COLUNA de primeira qualidade Voltagem 110V ou 220V, 3 velocidades, Número de Hélices 6 ou mais.	Und	15	R\$ 680,00	R\$ 10.200,00
41	SMARTPHONE Tipo de Chip Nano Chip, sistema Operacional Android, versão S.O. Android no mínimo 10.0, tipo de Tela TFT FHD, tamanho do Display no mínimo 6.5", resolução 720 x 1600 (HD+), multichip Dual Chip, câmera Traseira 13MP+2MP Câmera Frontal 5MP, filmadora Full HD, processador Quad-Core 1.5GHz, memória RAM 6GB, memória Interna 128GB, expansivo até MicroSD até 512GB, conexões Wi-Fi, 3G, 4G tipo de bateria Bateria de Íons de Lítio de 5000mAh Bivolt, Peso liq. aproximado do produto (Kg) 206g.	und	10	R\$ 2.220,00	R\$ 22.200,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



42	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA COM BLUETOOTH- Potência: 1200W Bluetooth: 5.0 Função TWS Possui alça e rodinhas para transporte Autonomia de até 5 horas Rádio FM Entrada para 2 Microfones, Cartão de memória, USB e AUX 3.5mm LED dinâmico	und	10	R\$ 2.697,97	R\$ 26.979,70
43	MICROFONE SEM FIO possui descarga de baixo consumo, com um receptor de frequência banda-larga de UHF super sensível, cor: preto, resposta frequência: 50Hz ~ 20KHz, dimensões: 80x45x15mm, frequência de trabalho: 83MHz, canal: 1, modo de modulação: FM, distância de Operação: 10~15m, distorção harmônica: =2%, faixa dinâmica: =60dB, faixa de temperatura de operação: -10°C ~ +50°C (14°F ~ 122°F), requisito de energia: 2x baterias alcalinas AA (para cada microfone).	Und	6	R\$ 1.502,05	R\$ 9.012,30
44	VIOLA ACÚSTICA ADULTO: VIOLA ACÚSTICA CAIPIRA TIPO GIANNINI, MATERIAL BASSWOOD NO TAMPO, LATERIAIS E FUNDO, ACABAMENTO VERNIZ BRILHANTE, CAVALETE: SABINO MACIÇO, BRAÇO TENSOR BI-DIRECIONAL, PESTANA E RASTILHO: ABS NA COR MARFIM, MATERIAL CORDA: AÇO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS :ACÚSTICA, COMPRIMENTO TOTAL: 950 MM, COMPRIMENTO ESCALA :580 MM, QUANTIDADE CORDAS: 10.	und	40	R\$ 947,70	R\$ 37.908,00
45	COLCHAO DE ESPUMA, SOLTEIRO, DENSIDADE MINIMA 33, MEDIDA 1.88 X0,88	Und	30	R\$ 696,00	R\$ 20.880,00
46	SMART TV 50 POLEGADA Android, Wi-Fi, Bluetooth, entradas HDMI, USB, RF para TV aberta, Saída Óptica, entrada LAN, saída P2. apresentar, no mínimo, os principais aplicativos Netflix, Globo Play, You tube, Look, Esporte Interativo, Fox play, Google Play, Deve acompanhar um controle remoto abastecido de pilhas, Energia: Bivolt.	und	10	R\$ 2.800,00	R\$ 28.000,00

TOTAL

R\$ 1.030.090,24



1.3.1. A aquisição destes objeto é caracterizada conforme a Formalização Inicial da Demanda, Termo de Referência, bem como o que consta do Estudo Técnico Preliminar.

2. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S):

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "b" da Lei Federal 14.133/2021)

3.1. Este Pregão Eletrônico visa **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO MOBILIARIOS DIVERSOS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E OUTROS**, elencadas no Estudo Preliminar e se faz necessário para atender as demandas da Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social.

A Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social de São Felix do Xingu/PA, considerando as necessidades e demandas dos departamentos e unidade de referência busca a realização do presente processo licitatório visando a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento para aquisição de material permanente que assegura que os serviços prestados por esta Secretaria possam ser realizados de forma consistente ao longo do tempo. O uso de equipamentos adequados e em bom estado pode aumentar a eficiência e a produtividade dos funcionários públicos. Embora o investimento inicial na aquisição de material permanente possa ser significativo, a utilização desses bens ao longo do tempo pode resultar em economia a longo prazo. A aquisição de material permanente também pode ser motivada pela necessidade de modernizar e incorporar inovações tecnológicas. Isso pode incluir a substituição de equipamentos obsoletos por versões mais modernas e eficientes, moveis de escritórios, como mesas, cadeiras, armários, estantes e arquivos entre outros que são considerados material permanente, pois tem uma vida útil longa e são necessários para fornecer um ambiente de trabalho adequado para nos colaboradores. Esta iniciativa visa garantir a eficiência, economicidade, e transparência na gestão dos recursos público, assegurando o fornecimento adequado dos materiais necessários para o regular funcionamento das atividades administrativas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "c" da Lei Federal 14.133/2021)

4.1. A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social, para que não haja estoque desnecessário.



4.2 sugere-se que a licitação ocorra pelo sistema de Registro de Preço, nos termos do art. 83, da lei nº 14.133/2021, permitindo maior economia e flexibilidade na aquisição do objeto.

4.3 A natureza do objeto a ser licitado nesse certame, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específico usualmente encontradas no mercado.

5. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATAÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "d" da Lei Federal 14.133/2021)

5.1 A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento dos itens e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

5.1.2 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos itens.

5.1.3 As obrigações da Contratada e Contratante serão previstas em tópico específico do Termo de Referência.

5.1.4 A Contratada deverá obedecer a descrição dos quantitativos do objeto contratado.

5.1.5 O prazo de vigência da contratação será de 12 meses.

5.1.6 A Contratada não poderá ceder ou transferir a contratação, total ou parcialmente, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.1.7 Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente a Contratada.

5.2 ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO MOBILIARIOS DIVERSOS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E OUTROS

5.3 SUSTENTABILIDADE

Não se aplica

5.4 DA EXIGENCIA DE AMOSTRA

Não se aplica

5.5 SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1 não é admitido a subcontratação do objeto contratual.



6. PARA DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "d" da Lei Federal 14.133/2021)

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, caso o licitante seja sucursal, filial ou agência;
- d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Cópia autenticada do Documento de Identidade e do CPF dos sócios e/ou diretores.
- g) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para licitante Microempreendedor Individual – MEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2. Para a Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista a Licitante Deverá Apresentar:

- a) Prova de Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



- b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual ou Distrital;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- e) Comprovante de inscrição Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ e/ou Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- f) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei.

6.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

6.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

6.3. Para Comprovação da Qualificação Econômico-Financeira a licitante deverá apresentar:

a) Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídas do Livro Diário que deverão conter indicação do número das páginas, e deverão ser apresentados devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou Cartório;

Obs.: Registro no cartório será somente para empresas cuja natureza jurídica seja Sociedade Civil.

b) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, contendo no mínimo os dados da empresa, tais como número do Livro Diário e do NIRE, datas e quantidades de páginas, acompanhado da prova de registro na Junta Comercial ou Cartório;

Obs.: Registro no cartório será somente para empresas cujo a natureza jurídica seja Sociedade Civil.



- c) Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, além do disposto anteriormente para sociedade empresária, deverão as demonstrações contábeis serem apresentadas também com as seguintes formalidades:
- c1) Com prova de publicação na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou
 - c2) Com prova de publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia;
- d) Para as PROPONENTES que fazem escrituração digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar os relatórios gerados pelo SPED, dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que contém as informações do Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo) e das Demonstrações Contábeis de Resultado do Exercício (DRE), Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, e deverão apresentar o comprovante de envio do registro do arquivo eletrônico do SPED CONTÁBIL para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (recibo de entrega de escrituração contábil digital do SPED).
- e) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos seguintes índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, § 1º;
- f) A licitante que apresentar em seu Balanço resultado menor do que 1 (um) em qualquer dos índices acima ou na ausência da apresentação destes, fica obrigada a comprovar, na data de apresentação da documentação, possuir o total do Capital Social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação.
- g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- h) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- i) O licitante deverá apresentar Declaração com uma relação detalhada dos compromissos financeiros assumidos que possam impactar sua capacidade econômico-financeira, excluindo-se as parcelas já executadas de contratos firmados, nos termos do Art. 69, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- i.i) A exigência desta declaração fundamenta-se nos riscos que a incapacidade financeira do licitante pode acarretar à Administração Pública Municipal. A apresentação desta relação visa prevenir que compromissos anteriormente firmados pelo licitante venham



a comprometer sua capacidade de executar o objeto do futuro contrato, garantindo assim a segurança e a eficiência na execução contratual.

i.ii) A regra de verificação de 1/12, em comparação com o Patrimônio Líquido da empresa, está em consonância com a regularidade necessária para a execução do objeto da licitação. Tal medida assegura que o licitante possui a capacidade econômico-financeira adequada para cumprir as obrigações contratuais, resguardando a Administração Pública Municipal de eventuais inadimplementos e garantindo a continuidade dos serviços contratados.

6.4. Da Habilitação das Microempresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP:

6.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira, sob pena de inabilitação.

6.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital, sendo habilitada com restrição.

6.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

6.4.4. Tal prazo poderá ser prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4.5. A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista pela licitante implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ARP, ou revogar a licitação.

7. DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e” da Lei Federal 14.133/2021)

7.1. Da forma de Execução:



7.1.1. O objeto será executado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social, mediante apresentação de requisição/solicitação/ordem de serviço ou compra. Emitida e devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor designado, após assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços.

7.1.2. Os quantitativos estimados relacionados não geram qualquer tipo de obrigação à Contratante, podendo a Administração promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecendo à legislação pertinente.

7.1.3. Será dada PRIORIDADE DE EXECUÇÃO DAS COTAS RESERVADAS quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

7.2. Do prazo de execução:

7.2.1. O objeto deverá ser executado em um prazo de até 48 (quarenta e oito) horas à apresentação da requisição/solicitação/ordem, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços, nos locais indicados pelo Órgão Gerenciador, conforme o caso.

7.2.2. O Órgão Solicitante deverá elencar todos os produtos, bem como todas informações pertinentes ao objeto, tendo por base as informações e descritivos contidos na Ata de Registro de Preços.

7.3 Das condições de execução:

7.3.1. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no Termo de Referência e legislações pertinentes, ficando esclarecido que correrá por conta da Detentora/Fornecedora todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto.

7.3.2. O Órgão Solicitante rejeitará os objetos fornecidos em desacordo com o Termo de Referência/ARP, mesmo após o recebimento; caso seja constatado que os mesmos estejam em desacordo com o especificado ou incompleto. O responsável pelo órgão notificará, conforme o caso, a Fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

7.3.3. A Fornecedora deverá entregar o objeto no local determinado pelo Órgão Solicitante, no qual os preços cotados deverão estar inclusos os custos de



transporte/entrega, garantias e quaisquer outras despesas para entrega do objeto nos locais indicado pela a Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social.

.3.4. O objeto deverá ser recebido pelo servidor designado, de acordo com o artigo 140, II, “a” e “b”, da Lei nº 14.133 de 2021, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3.5. Constatadas irregularidades no objeto entregue, o Órgão Solicitante poderá:

a) se disser respeito à especificação e/ou qualidade do produto fornecido, rejeitá-lo, determinando sua substituição imediatamente, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Solicitante de imediato, contados da notificação por escrito, mantido o preço registrado. O recebimento por parte do Órgão Solicitante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Detentora de executar o objeto de acordo com as condições e especificações contidas no Edital, no Termo de Referência, na Proposta e na ARP; nem invalida qualquer reclamação que o Órgão venha a fazer em virtude de posterior constatação do objeto defeituoso ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação a expensas da Fornecedora.

7.3.6. Não será admitida a entrega parcial ou incompleta do material, obrigando-se a fornecedora a atender a quantidade solicitada por Esta Secretaria.

7.3.7. Os objetos deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, ambiental, industrial, ABNT, INMETRO, ANVISA, legislações específicas, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

7.3.8. O objeto fornecido deverá ser 100% (cem por cento) novo, não serão aceitos danificados ou de segunda linha, e que apresentem resistência.

7.3.9. O objeto deverá ser entregue devidamente em sua totalidade do pedido, e conforme o caso, acondicionado em embalagem conforme praxe do fabricante, resistente própria, original e lacrada, de forma a garantir que não seja danificado durante o transporte, carga e descarga, garantindo a sua originalidade, contendo na embalagem a procedência e demais características que o identifique e o qualifique, volume, data de



fabricação, prazo de validade, modelo, fabricante, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor, proporcionando integridade do produto até o seu uso.

7.3.9.1. Não serão aceitos embalagens, materiais e equipamentos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.

7.3.9.2. O objeto deverá acompanhar, no que couber, os acessórios necessários ao seu completo funcionamento e manual de instrução em português, com relação da rede assistência técnica autorizada, no que couber.

7.3.10. O recebimento por parte do Órgão Solicitante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Detentora de fornecer produtos de acordo com as condições e especificações contidas no Termo de Referência, e nem invalida qualquer reclamação que o Órgão venha a fazer em virtude de posterior constatação do objeto defeituosos ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação às expensas da CONTRATADA.

7.3.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. Prazo de Validade:

7.4.1. Os materiais ora relacionados e especificados devem ser de primeira linha, haja vista ter melhor durabilidade, e ter no mínimo 06 meses de validade, contado a partir do recebimento definitivo.

7.5. Somente serão devidos os valores referentes aos produtos efetivamente solicitados, recebidos e aceitos.

8. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ARP:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "f" da Lei Federal 14.133/2021)

8.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Fiscalização:

8.2.1. A fiscalização e acompanhamento da execução da ARP será efetuada pelo Gestor e Fiscal nomeados por meio de Portaria ou Termo de Designação, observando-se no que couber ao fiscal, as obrigações elencadas no Termo de Referência atribuídas ao Órgão



Gerenciador, bem como as disposições do art. 117 da Lei 14.133/21, *devendo ser observado no Termo de Referência e na Minuta da ARP, ambos integrantes do Edital.*

8.3. Da gestão da contratação:

8.3.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, em analogia ao dispositivo do art. 44, § 2º da Instrução Normativa nº 005/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

8.3.2. A Secretaria poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.3.3. Após a assinatura da ARP, o órgão ou entidade informará o representante da empresa contratada quanto a necessidade de cumprimento das obrigações e fiscalizações as quais será submetida a contratação.

8.3.4. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa quanto a emissão das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

8.3.5. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam juntados no processo de autorização de empenho e/ou pagamento.

8.4. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.4.1. Verificação de autorização da demanda junto a Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social.

8.4.2. Juntada de manifestação técnica da controladoria interna, para aferição dos requisitos técnicos da despesa em apreço.

8.4.3. Aferição de existência de lastro orçamentário para o comprometimento da fonte, com a devida compatibilidade com a requisição inaugural.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "g" da Lei Federal 14.133/2021)

9.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta corrente da Fornecedora, devendo ser o CNPJ o mesmo cadastrado na habilitação da licitação, após a emissão da Nota



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Secretaria Executiva Mun. De Trabalho E Promoção Social -
SEMTEPS



Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Fornecedora, e será efetuado em **até 30 dias** após o Atesto de Recebimento do objeto.

9.2. Para efeito de pagamento o órgão gerenciador/órgão participante deverá emitir relatórios, atestados pelo fiscal, onde conste no mínimo: descrição dos e quantidades faturadas em notas fiscais.

9.3. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

9.4. A Fornecedora deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

9.4.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do N° do Processo Administrativo, N° do Pregão, da Ordem de empenho, mês de referência, e período de execução, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4.2. A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição(ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

9.5. A nota fiscal supracitada deverá estar devidamente acompanhada dos documentos de comprovação da Regularidade Fiscal a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, bem como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.7. Liquidação:

9.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, caso haja necessidade.

9.7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos



valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do processo de licitação junto ao órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.7.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.6. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.7.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



9.7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato ou documento equivalente, caso o contratado não regularize sua situação.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "h" da Lei Federal 14.133/2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

10.2. Em momento oportuno, na proposta readequada (realinhada), deverão constar, obrigatoriamente, todas as disposições relativas à execução do objeto, em estrita conformidade com este Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a: Condições de Entrega; Loca(is) de Entrega; e Forma e Prazo de Entrega.

10.3. Nesta proposta readequada (realinhada), deverá ser igualmente exigida a apresentação obrigatória do Prazo e Forma de Pagamento, em atenção ao conteúdo deste Termo de Referência.

10.4. Visando assegurar a vinculação da proposta do licitante às disposições contidas no edital e seus anexos, e com o objetivo de evitar quaisquer infortúnios na execução do objeto, não serão aceitos termos vagos e imprecisos na apresentação das propostas readequadas (realinhadas), tais como: "Conforme Termo de Referência", "Conforme Edital", entre outros.

Critérios de aceitabilidade de preços.

10.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

11. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea "i" da Lei Federal 14.133/2021)

11.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 1.030.090,24 (Hum Milhão e Trinta Mil e Noventa Reais e Vinte Quatro Centavos). Este valor foi calculado considerando os quantitativos de



processos anteriores, cujo objetos possuem características semelhantes, associados às pesquisas de preços elaborada nos termos do Art. 23, § 2º, inciso I da Lei 14.133/2021.

11.1.1. As estimativas do valor da contratação estão acompanhadas dos preços unitários referenciais e dos documentos que lhes dão suporte, conforme preconiza o Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(Fundamentação Legal: Art. 6º, inciso XXIII, alínea “j” da Lei Federal 14.133/2021)

12.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão à conta dos recursos orçamentários, devendo ser observado a existência de saldo e a classificação orçamentária conforme o seu Quadro de Detalhamento de Despesa.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21 **são obrigações das partes:**

13.1. Do (s) Fornecedor (es) beneficiário(s) da ARP

- a) Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;
- b) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (fretes), entrega, descarregamento, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;
- c) Arcar com qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência de seu transporte;
- d) Assegurar a entrega do objeto licitado no prazo máximo aqui definido;
- e) Substituir/trocar, reparar/corrigir às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de fabricação ou fornecimento do objeto, que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, ou não esteja em conformidade com as especificações e/ou na nota de empenho;
- f) Atender com prontidão às reclamações;
- g) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Solicitante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;



- h) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, qualquer anormalidade verificada, problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;
- i) Comunicar da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço já cadastrado;
- j) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;
- k) Formalizar pedido de cancelamento do registro de preços em decorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações, comprovando e justificando seu pedido;
- l) Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações originais assumidas na ARP, observadas as condições nela estabelecidas;

13.2. Do Órgão Contratante da ARP:

- a) Caberá a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- b) Solicitar a troca de eventuais produtos que não estejam de acordo com a solicitação de compra.
- c) Sustar o recebimento do objeto se o mesmo não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita e solicitar a substituição do objeto se, no período de validade, a contar do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação ou origem, devidamente comprovados.
- d) Providenciar a assinaturas e o encaminhamento da cópia aos órgãos ou entidades participantes;
- e) Gerenciar a ata de registro de preços, acompanhando e fiscalizando sua execução;
- f) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
- g) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- h) Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;



- i) Arcar com as despesas de publicação do extrato;
- j) Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;
- k) Notificar à Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida em que for necessário;
- l) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade;
- m) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- n) Proceder à revogação adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, na hipótese de não haver êxito nas negociações.
- o) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- p) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório nas penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- q) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- r) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o ato;
- s) Consultar a(s) detentora(s) da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a órgão(s) não participante(s) que externem a intenção de utilizar a Ata;
- t) Autorizar, excepcional e justificadamente, a adesão no prazo de 90 (noventa) dias previsto em regulamento, respeitado o prazo de validade da ARP, quando solicitada pelo órgão não participante, para que este efetive a aquisição ou a contratação.

13.2.1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso assumido, o Órgão Gerenciador **poderá:**

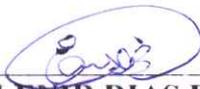
- a) Liberar ao fornecedor do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovação apresentados pelo fornecedor não puder cumprir o compromisso; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato ocorrerão por conta dos recursos consignados a respectiva unidade, pela classificação orçamentária, conforme despacho do setor competente e à época da efetiva contratação.

São Felix do Xingu –PA, em 14 de março de 2025.


[ELENIR DIAS DE BRITO]
Equipe de Planejamento
Portaria nº 10/2025

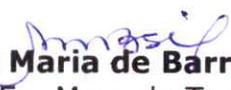


APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando a necessidade de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE BEM COMO MOBILIARIOS DIVERSOS, ELETRODOMESTICOS, ELETRÔNICOS E OUTROS, PARA ATENDER A SEMTEPS, CRAS, CREAS, SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL, ALTA COMPLEXIDADE, CRIANÇA FELIZ IGD, AEPETI E CMDCA**, e após análise, **APROVO** o presente TERMO DE REFERÊNCIA e **AUTORIZO** o processo licitatório com base na Lei Federal nº 14.133/2021, para aquisição solicitada.

Encaminhem-se os autos Departamento Licitações e Contratos junto a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu para as devidas providências.

São Félix do Xingu, 14 de março de 2025.


Minervina Maria de Barros Silva
Secretária Ex. Mun. de Trabalho e
Promoção Social – SEMTEPS
Decreto Nº06/2025